CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005.

Barcarena, 20 de março de 2025.

A Administração.

Balanço Patrimonial para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativos	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	722	3.625
Contas a receber	6	25.117	44.773
Estoques	7	6.433	6.062
Tributos a recuperar	8	6.015	547
Instrumentos financeiros derivativos	22.a)	315	398
Outros ativos		875	845
Total dos ativos circulantes		39.477	56.250
Não Circulantes			
Depósitos judiciais	13	3.405	3.263
Ativo fiscal diferido	19.b)	1.848	–
Outros ativos		2	5
Instrumentos financeiros derivativos	22.a)	1.339	2.443
Imobilizado	9	242.289	183.094
Intangível		630	815
Total dos ativos não circulantes		249.513	189.620
Total dos Ativos		**288.990**	**245.870**

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Circulantes			
Empréstimos e financiamentos	10	–	2.102
Debêntures	11	6.800	6.499
Fornecedores	12	17.296	11.628
Salários e obrigações sociais		5.418	4.577
Impostos e taxas		1.964	3.865
Imposto de renda e contribuição social a pagar		349	4.540
Dividendos a pagar	4.e)	5.536	6.409
Arrendamento mercantil	14	5.395	4.938
Outros passivos	4.a)	531	507
Total dos passivos circulantes		43.289	45.065
Não Circulantes			
Debêntures	11	39.422	43.739
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	13	5.296	3.330
Passivos atuariais - assistência médica complementar	21	493	511
Passivo fiscal diferido	19.b)	–	621
Arrendamento mercantil	14	24.240	24.178
Total dos passivos não circulantes		69.451	72.379
Patrimônio Líquido			
Capital social	15.a)	90.069	90.069
Reserva de capital	15.b)	83	83
Reserva de lucros	15.d)	54.646	36.875
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.c)	30.000	–
Ajuste de avaliação patrimonial	15.f)	1.452	1.399
Total do patrimônio líquido		176.250	128.426
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		**288.990**	**245.870**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Receita Líquida	16	174.925	158.629
Custo dos Serviços Prestados	17	(131.406)	(108.299)
Lucro Bruto		43.519	50.330
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas com vendas	17	(1.493)	(1.279)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	17	(1.269)	190
Despesas gerais e administrativas	17	(8.870)	(6.262)
Outras receitas operacionais		4.601	526
Outras despesas operacionais		(225)	–
Total		(7.256)	(6.825)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		36.263	43.505
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	18	6.784	13.911
Despesas financeiras	18	(17.343)	(16.626)
Total do resultado financeiro		(10.559)	(2.715)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		25.704	40.790
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19.a)	(4.893)	(10.815)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19.a)	2.496	(2.993)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(2.397)	(13.808)
Lucro do Exercício		**23.307**	**26.982**
Lucro Básico e Diluído por Ação - R$			
Ordinária	20	0,25877	0,30124
Preferencial	20	0,25877	0,30124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital: Plano de opção de compra de ações	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucro: Legal	Reserva de lucro: Investimentos	Lucro/ (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio líquido
Saldos Reapresentados em 31 de dezembro de 2022		90.069	83	–	3.730	12.572	–	922	107.376
Passivo atuarial - despesas médicas	21	–	–	–	–	–	–	477	477
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	26.982	–	26.982
Destinação do lucro:									
Reserva legal	15.d)	–	–	–	1.349	–	(1.349)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.e)	–	–	–	–	–	(6.409)	–	(6.409)
Reserva para investimento e expansão	15.d)	–	–	–	–	19.224	(19.224)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		90.069	83	–	5.079	31.796	–	1.399	128.426
Adiant. p/ futuro aumento de capital		–	–	30.000	–	–	–	–	30.000
Passivo atuarial - despesas médicas	21	–	–	–	–	–	–	53	53
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	23.307	–	23.307
Destinação do lucro:									
Reserva legal	15.d)	–	–	–	1.165	–	(1.165)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.e)	–	–	–	–	–	(5.536)	–	(5.536)
Reserva para investimento e expansão	15.d)	–	–	–	–	10.266	(10.266)	–	–
Reserva de incentivos fiscais	15.d)	–	–	–	–	6.340	(6.340)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**90.069**	**83**	**30.000**	**6.244**	**48.402**	**–**	**1.452**	**176.250**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Lucro do Exercício		23.307	26.982
Outros Resultados Abrangentes			
Assistência médica complementar	21	80	723
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) - assistência médica complementar	21	(27)	(246)
Total assistência médica complementar	21	53	477
Total do Resultado Abrangente do Exercício		**23.360**	**27.459**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social	25.704	40.790
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Variações monetárias, cambiais e derivativos	5.257	1.325
Depreciações e amortizações	26.801	19.852
Reversão de provisão para contingências	3.220	487
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	1.269	(190)
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	(3.572)	(108)
Assistência médica complementar	62	139
Juros sobre debêntures apropriados	2.331	2.456
Juros sobre empréstimos apropriados	32	276
Juros sobre arrendamento mercantil	3.353	3.462
	64.457	68.489
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	18.387	(28.805)
Estoques	(371)	(1.485)
Ativo fiscal corrente	(5.468)	169
Depósitos judiciais	(142)	(589)
Outros ativos	(27)	(575)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	5.668	1.574
Fornecedores risco sacado	–	(1.174)
Salários e obrigações sociais	841	726
Impostos, taxas e contribuições	(1.901)	1.394
Outros passivos	24	155
	81.468	39.879
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.084)	(6.512)
Baixa de contingências por pagamento	(1.254)	(588)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	71.130	32.779
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de bens do imobilizado	(79.468)	(65.709)
Recursos provenientes de alienação de bens do imobilizado	4.500	170
Aumento do ativo intangível	(88)	(13)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(75.056)	(65.552)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.000	–
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(8.680)	(10.657)
Dividendos pagos	(6.409)	(4.256)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	(1.623)	(3.499)
Juros pagos por debêntures/empréstimos	(2.248)	(2.639)
Pagamentos arrendamento mercantil	(10.017)	(9.420)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.023	(30.471)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.903)**	**(63.244)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.625	66.869
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	722	3.625
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.903)**	**(63.244)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, sede da Companhia, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do Contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União. A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o capital social, entretanto, a controladora final da Companhia é a Santos Brasil Participações S.A.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Compromisso de investimento decorrentes do contrato de exploração do Tecon Vila do Conde com a Companhia Docas do Pará - CDP	Em razão do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado em 16 de novembro de 2017, entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2024 foram no montante de R$211.740 (R$134.169 em 31 de dezembro de 2023).

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.4 Estimativas e julgamentos contábeis:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 - vida útil dos ativos e teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis de imobilizado; • Nota explicativa nº 12 - reconhecimento e mensuração de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis; • Nota explicativa nº 18 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota explicativa nº 20 - mensuração e principais premissas de passivos atuariais - assistência médica complementar. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC's, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("*inputs*") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("*inputs*" não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos. **3. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentadas nestas demonstrações financeiras. a) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. b) Receita operacional: A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais e armazenagem alfandegada. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio, ou seja, transferência do controle pelo cumprimento da obrigação de desempenho. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. Os preços são formados mediante acordo com os clientes e em sua grande maioria formalizados em contratos. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembaraço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada, nos casos em que as cargas permaneçam armazenadas excedendo um mês de sua data de entrada, a receita é reconhecida dentro do mês com valores estimados. c) Instrumentos financeiros e de patrimônio: ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornou parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (instrumento de dívida); ao VJORA (instrumento patrimonial); ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Capital social - Ações ordinárias e preferenciais:*** Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. d) Ajuste a valor presente: As contas sujeitas a ajuste a valor presente são: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil. A mensuração do ajuste é realizada por modelo de fluxo de caixa futuro, de acordo com as taxas contratuais, descontados a valor presente utilizando taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, entre outros. e) Estoques: Os estoques estão representados, principalmente, por itens de manutenção e são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. f) Imobilizado: ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando necessário. Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final do contrato de arrendamento. O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ***Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. ***Depreciação:*** Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***Ativos arrendados:*** No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Os contratos de arrendamentos de áreas portuárias, são considerados como ativos arrendados em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabiliza os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia opta por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos circulantes, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. g) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. ***Gastos subsequentes:*** Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Amortização:*** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. h) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"): ***Ativos financeiros não derivativos:*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia

de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. Para fins de análise de *impairment* foi definida como unidade geradora de caixa o terminal portuário do Tecon Vila do Conde firmado junto a Companhia Docas do Pará - CDP. A base para avaliação e testes anuais é 31 de dezembro. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. i) Benefícios a empregados: ***Benefícios de término de vínculo empregatício:*** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. ***Benefícios a empregados:*** Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. ***Assistência médica complementar:*** Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações financeiras. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos. A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 20. j) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, conforme avaliação de risco dos assessores legais da Companhia. k) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. l) Subvenção governamental: Em 2024, a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). A SUDAM é um incentivo fiscal concedido à pessoa jurídica proprietária de um projeto de desenvolvimento de infraestrutura que promova o desenvolvimento econômico, além de estar plenamente estabelecida nos estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (incluindo o estado do Pará). Esse benefício proporciona uma redução de 75% do imposto de renda por um período de 10 anos e é regulamentado pelo Decreto 4.212/2002. A Companhia possui o incentivo fiscal no qual o benefício concede redução de 75% do imposto de renda, com fruição de 10 anos, se beneficiando da subvenção governamental. m) Imposto de renda e contribuição social: Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. O imposto de renda referente ao incentivo fiscal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"), pleiteado pela Companhia, são mensurados com a redução de 75% da base de cálculo. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. n) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor de seu resultado. o) Demonstrações dos fluxos de caixa: A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. p) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro) Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações em que determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A Administração da Companhia considera os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisa os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais. q) Novos pronunciamentos, interpretações e alterações: *Alterações nas normas de contabilidade:* A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores - esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre esses acordos. Os pronunciamentos novos ou revisados com validade pela primeira vez nos períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. *Novas normas e pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes:* As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis combinadas, estão descritas a seguir: • IFRS S1: *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* e IFRS S2: *Climate-related Disclosures*. No Brasil, foram endossados pela CVM por meio da Resolução nº 193 emitida em 2023, que estabelece as principais diretrizes a serem observadas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade pelas companhias brasileiras; • IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - substitui o IAS 1 e estabelece novos requisitos para a apresentação das demonstrações financeiras, especialmente na demonstração do resultado do exercício; • IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (Divulgações) - permite que entidades elegíveis optem por aplicar requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS; • CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09: Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - a atualização do CPC 18 permite a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo mudanças nas normas internacionais; A ICPC 09, que não tinha correspondência direta com normas do IASB, foi atualizada para alinhar sua redação com as mudanças posteriores observadas nos documentos do CPC; e • CPC 02 (R2): Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1): Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - incorpora alterações do IASB relacionadas ao *Lack of Exchangeability*, afetando o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) e o CPC 37 (R1). As mudanças definem o conceito de moeda conversível e orientam sobre procedimentos para moedas não conversíveis, estabelecendo que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes e está avaliando a adoção das normas acima. Nesse momento, exceto pela norma S1 S2 que gerarão relatórios e informações adicionais a serem divulgadas pela administração, a Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. **4. Transações com Partes Relacionadas:** a) Contas correntes: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia tinha registrado na rubrica "Outros passivos" valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.

	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante:		
Santos Brasil Participações S.A.	531	507

b) Clientes

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha registrado valores referentes a venda de ativo, conforme informado no quadro abaixo, com ganho de R$3.629.

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante:		
Santos Brasil Participações S.A.	4.500	–

c) Remuneração do pessoal-chave: A partir de 2021 os diretores e gerentes deixaram de receber benefícios de circulante e passaram a receber Plano de Participação nos Resultados - PPR vinculado a metas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha provisionado o montante de R$835 (R$678 em 31 de dezembro de 2023). d) Benefícios a colaboradores: A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição, refeições prontas, vale brinquedo e cesta de Natal. Em 31 de dezembro de 2024, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R$9.084 (R$7.824 em 31 de dezembro de 2023). e) Dividendos a pagar:

	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	5.536	6.409

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Outras Aplicações Financeiras:

Caixa e equivalentes de caixa:

Saldos	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos	722	903
Aplicações financeiras	–	2.722
Total	722	3.625

Natureza das aplicações financeiras	Vencimento	31.12.2024	31.12.2023
Certificado de depósito bancário - CDB	2024	–	2.722

As taxas médias das aplicações financeiras estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2024. As aplicações em CDB variaram de 97,00% a 100,75% (98,00% a 102,20% em 31 de dezembro de 2023). Os saldos de "Caixa e Equivalentes de Caixa" e as "Aplicações Financeiras" são mantidos com bancos que possuem *rating* entre BB- e AAA, baseado nas agências de *rating S&P* (*Standard & Poor's*) e *Fitch Ratings*. **6. Contas a Receber de Clientes:** Circulante:

	31.12.2024	31.12.2023
Contas a receber de clientes	24.998	40.046
Contas a receber de clientes a faturar	1.046	5.410
(–) Provisão para perdas de crédito esperadas	(927)	(683)
Total	25.117	44.773

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	31.12.2024	31.12.2023
Créditos a vencer	17.467	36.637
Créditos em atraso até 60 dias	7.132	7.732
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	11	102
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	491	518
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	770	324
Créditos em atraso há mais de 361 dias	173	143
Total	26.044	45.456

Redução por perda do valor recuperável: A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão. Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas no resultado:

Saldo em 31.12.2022	2.537
Adições (reversões) líquidas	(190)
Baixas	(1.664)
Saldo em 31.12.2023	683
Adições (reversões) líquidas	2.358
Baixas	(2.114)
Saldo em 31.12.2024	927

7. Estoques:	31.12.2024	31.12.2023
Material de manutenção	6.057	5.754
Material administrativo	93	73
Material de segurança	128	117
Outros	155	118
Total	6.433	6.062

Os estoques são, quando aplicável, apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de obsolescência e quando constituídos são reconhecidos no resultado do exercício. Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

8. Tributos a Recuperar:	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	86	81
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.819	326
Imposto sobre Serviço - ISS	110	140
Total	6.015	547

Os créditos de IRRF, no montante de R$86 (R$81 em 31 de dezembro de 2023), referiam-se a aplicações financeiras do exercício vigente da Companhia. Os créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R$5.819 (R$326 em 31 de dezembro de 2023), referiam-se, principalmente: (i) ao incentivo fiscal Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") iniciado em 2024, conforme nota explicativa nº 14.d), no montante de R$5.467; (ii) ao reconhecimento IRPJ e CSLL sobre SELIC pagos indevidamente pela Companhia, no montante de R$352 (R$326 em 31 de dezembro de 2023), conforme decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF"), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187. Tais créditos serão compensados durante os próximos 12 meses. Os créditos de ISS, no montante de R$110 (R$140 em 31 de dezembro de 2023), são decorrentes de créditos sobre o faturamento e antecipação na apuração.

9. Imobilizado:

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Direito de uso - Aluguéis	Direito de uso - Contratos de Concessão	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	8	10,4	–	20	10	10	20	23	7,2	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2023	73.353	23.907	1.663	3.890	977	332	–	1.050	24.671	75	129.918
Movimentações											
Aquisições/transferências	4.785	57.287	1.136	2.176	213	33	–	3.736	2.504	78	71.948
Baixas	–	(26)	(36)	–	–	–	–	–	–	–	(62)
Reclassificações (**)	–	–	(20)	884	–	–	–	–	–	–	864
Depreciações	(7.040)	(4.291)	–	(1.201)	(128)	(45)	–	(4.416)	(2.419)	(34)	(19.574)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	71.098	76.877	2.743	5.749	1.062	320	–	370	24.756	119	183.094
Saldos em 31 de dezembro de 2023											
Custo	105.691	104.629	2.743	9.479	5.571	1.129	148	19.148	33.409	209	282.156
Depreciação acumulada	(34.593)	(27.752)	–	(3.730)	(4.509)	(809)	(148)	(18.778)	(8.653)	(90)	(99.062)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	71.098	76.877	2.743	5.749	1.062	320	–	370	24.756	119	183.094
Taxa média de depreciação (% a.a.)	8	10,5	–	20	10	10	20	75	7,4	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	71.098	76.877	2.743	5.749	1.062	320	–	370	24.756	119	183.094
Movimentações											
Aquisições/transferências	196	1.065	76.349	1.047	184	22	604	4.956	2.228	–	86.651
Baixas	–	(870)	(58)	–	–	–	–	–	–	–	(928)
Depreciações	(7.288)	(9.739)	–	(1.765)	(137)	(48)	(10)	(4.865)	(2.642)	(34)	(26.528)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	64.006	67.333	79.034	5.031	1.109	294	594	461	24.342	85	242.289
Saldos em 31 de dezembro de 2024											
Custo	105.890	96.678	79.034	10.525	5.755	1.151	752	1.843	35.636	209	337.473
Depreciação acumulada	(41.884)	(29.345)	–	(5.494)	(4.646)	(857)	(158)	(1.382)	(11.294)	(124)	(95.184)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	64.006	67.333	79.034	5.031	1.109	294	594	461	24.342	85	242.289

(*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

O montante de R$79.034 refere-se a investimentos, aplicados principalmente, em equipamentos. (**) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível. Análise de recuperabilidade de ativo: Em 31 de dezembro de 2024, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) considerando o orçamento anual para o exercício de 2025 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a Companhia, com as seguintes premissas mais relevantes:

Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	2025	2026	2027	2028	2029
Tecon Vila do Conde (i)	8,55%	5,29%	5,35%	5,42%	5,49%

(i) Considera o crescimento do volume de importação em função da maior abertura comercial, bem como o aumento da adoção de cabotagem no Arco Norte, graças a consolidação do novo marco regulatório setorial (BR do mar). • Gestão de custos com foco no crescimento de eficiência e redução dos custos unitários; • Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos; • Na data-base de 31 de dezembro de 2024 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

	31.12.2024	31.12.2023
Taxa de desconto:	7,65%	7,73%

A taxa de desconto utilizada se deu por meio das taxas WACC divulgadas pelas entidades financeiras que acompanham a Companhia com dados de mercados atualizados. O valor recuperável estimado da UGC é superior ao valor dos ativos operacionais, incluindo os ativos divulgados nesta nota explicativa, em 31 de dezembro de 2024. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/utilizadas para o cálculo. Um aumento (redução) da WACC em 1% resultaria em um aumento (redução) no valor justo da UGC em cerca de 4,6%. **10. Empréstimos e Financiamentos:**

	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2024	31.12.2023	Moeda da transação
Moeda estrangeira:						
FINIMP	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	–	2.102	€
(–) Circulante				–	(2.102)	
Não circulante				–	–	

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual. A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	2.102	6.652
Valor líquido captado	2.102	6.652
Juros e custos apropriados	32	276
Variação monetária e cambial	11	(190)
(–) Amortização da dívida	(2.053)	(4.307)
(–) Juros pagos (*)	(92)	(329)
Saldo final	–	2.102

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos". O FINIMP da Companhia finalizou em 1º de março de 2024. *Garantias obtidas:* Na data-base 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

11. Debêntures:	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2024	31.12.2023
Debêntures	4,20% a.a.	IPCA	Semestral	46.222	50.238
(–) Circulante				(6.800)	(6.499)
Não circulante				39.422	43.739

(a) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2° da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011. Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora indireta Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R$60.000. A operação foi liquidada em 03 de dezembro de 2019. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	50.238	53.957
Valor líquido captado	50.238	53.957
Juros e custos apropriados	2.331	2.456
Variação monetária s/ principal	2.436	2.485
(–) Amortização da dívida	(6.627)	(6.350)
(–) Juros pagos (*)	(2.156)	(2.310)
Saldo final	46.222	50.238

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos". Com base na cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado, que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da sua controladora indireta Santos Brasil Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2024 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado	
Índice financeiro	31.12.2024	31.12.2023
Realizado	1,55	0,13
Exigido	≤ 3,00	≤ 3,00

12. Fornecedores:	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante		
Fornecedores	17.296	11.628

13. Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis e Depósitos Judiciais:

Demandas judiciais	31.12.2024	31.12.2023
Provisão trabalhista (a)	4.033	2.288
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	249	234
Provisão tributária (c)	596	554
Outros processos	418	254
Total	5.296	3.330
Depósitos judiciais	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	485	79
Processo FAP (b)	80	77
Outros depósitos judiciais (d)	2.840	3.107
Total	3.405	3.263

(a) Trabalhista: Referem-se a processos de responsabilidade da Companhia provisionados no montante de R$4.033 (R$2.288 em 31 de dezembro de 2023), para os quais existem depósitos judiciais de R$485 (R$79 em 31 de dezembro de 2023) e 4 seguros garantindo o montante de R$1.728 (R$2.919 em 31 de dezembro de 2023). (b) Fator Acidentário de Prevenção - FAP: O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos, no montante de R$80 (R$77 em 31 de dezembro de 2023). Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. (c) Tributária: Referem-se, a provisão de Contribuição Previdenciária pela Receita Bruta - CPRB sobre oneração da folha de pagamento, no montante de R$596 (R$554 em 31 de dezembro de 2023). (d) Outros processos: Referem-se, a processos trabalhistas, no montante de R$487 (R$918 em 31 de dezembro de 2023), outros depósitos nas esferas tributária e cível, no montante de R$2.346 (R$2.182 em 31 de dezembro de 2023), e a bloqueios judiciais, no montante de R$7 (R$7 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada nos quadros a seguir:

	Provisão trabalhista	Provisão FAP	Provisão tributária	Outros processos	Total
Saldo em 31.12.2022	2.508	216	504	203	3.431
Adições	–	18	50	–	68
Pagamento de condenação	(577)	–	–	(11)	(588)
Outras movimentações (*)	357	–	–	62	419
Saldo em 31.12.2023	2.288	234	554	254	3.330
Adições	–	15	42	–	57
Pagamento de condenação	(1.212)	–	–	(42)	(1.254)
Outras movimentações (**)	2.957	–	–	206	3.163
Saldo em 31.12.2024	4.033	249	596	418	5.296

(*) O montante de R$419 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R$556 e outras movimentações no montante de R$(137). (**) O montante de R$3.163 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R$2.922 e outras movimentações no montante de R$241. Além dos processos anteriormente citados, a Companhia possui processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R$5.430 (R$6.898 em 31 de dezembro de 2023), sendo composto, principalmente de: (i) R$924 cíveis (R$692 em 31 de dezembro de 2023); (ii) R$1.073 tributários (R$907 em 31 de dezembro de 2023); (iii) R$3.416 trabalhistas (R$4.259 em 31 de dezembro de 2023); (iv) em 31 de dezembro de 2024 não há processos regulatórios (R$1.000 em 31 de dezembro de 2023); e (v) R$17 (R$40 em 31 de dezembro de 2023); outros processos. Nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações financeiras.

14. Arrendamento Mercantil: a) Ativo de direito de uso:

	Imóvel	Máquinas e equipamentos	Concessão	Total do ativo
Saldo contábil 31.12.2022	–	1.050	24.671	25.721
Adições	–	3.736	2.504	6.240
Depreciação	–	(4.416)	(2.419)	(6.835)
Saldo contábil 31.12.2023	–	370	24.756	25.126
Adições	1.843	3.113	2.228	7.184
Depreciação	(1.382)	(3.483)	(2.642)	(7.507)
Saldo contábil 31.12.2024	461	–	24.342	24.803

b) Passivo de arrendamento:

	Imóvel	Máquinas e equipamentos	Concessão	Total do passivo
Saldo contábil 31.12.2022	–	1.118	27.717	28.835
Adições	–	3.592	–	3.592
Juros apropriados	–	335	3.127	3.462
Variação monetária/Efeitos de renovação (*)	–	143	2.504	2.647
Pagamentos	–	(4.795)	(4.625)	(9.420)
Saldo contábil 31.12.2023	–	393	28.723	29.116
Adições	1.843	3.114	–	4.957
Juros apropriados	99	71	3.183	3.353
Variação monetária/Efeitos de renovação (*)	–	–	2.226	2.226
Pagamentos	(1.455)	(3.578)	(4.984)	(10.017)
Saldo contábil 31.12.2024	487	–	29.148	29.635

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 9. Os pagamentos das parcelas fixas e variáveis dos contratos de arrendamento, estão apresentados a seguir:

	31.12.2024			31.12.2023		
	Pagamento Fixo	Pagamento Variável	Total	Pagamento Fixo	Pagamento Variável	Total
Imóvel	1.455	–	1.455	–	–	–
Máquinas e equipamentos	3.578	–	3.578	4.795	–	4.795
Concessão	2.595	2.389	4.984	2.478	2.147	4.625
	7.628	2.389	10.017	7.273	2.147	9.420

A Companhia reconhece no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais) do contrato de concessão, sendo trazidas a valor presente na data inicial do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2024, o fluxo bruto tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Fluxo Bruto	46.060
2025	5.703
2026-2027	10.415
2028-2029	10.415
2030-2047	19.527
(–) Juros	(16.425)
	29.635

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	31.12.2024		31.12.2023	
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação	46.060	29.635	47.411	29.116
Imóvel	495	487	–	–
Máquinas e equipamentos	–	–	398	393
Concessão	45.565	29.148	47.013	28.723
PIS/COFINS potencial (9,25%)	4.261	2.741	4.386	2.693
Imóvel	46	45	–	–
Máquinas e equipamentos	–	–	37	36
Concessão	4.215	2.696	4.349	2.657

Taxa de desconto dos contratos, períodos de vigência e seguro garantia

Contratos	Taxa de desconto a.a. (*)	Início do contrato	Término do contrato	Seguro garantia
Imóvel	10,91%	abril/2024	abril/2025	–
Concessão	11,28% e 14,70%	setembro/2003	setembro/2033	julho/2024 a julho/2025

(*) A taxa de desconto foi calculada através das projeções do custo de crédito CDI e adicionado o *spread* (divulgado pelo ANBIMA) de acordo com o prazo dos contratos. A Companhia possui em seu contrato de concessão, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2024 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento pelo IPCA:

	Em reais - R$	
Compromissos	Custo por contêiner movimentado	Custo por tonelada movimentada
Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC	41,84	–
Valor devido por contêiner vazio	8,37	–
Valor devido por tonelada	–	4,19

Os contratos de arrendamento da Companhia têm seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 **(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)**

17. Despesas Operacionais por Natureza:

	31.12.2024	31.12.2023
Mão de obra avulsa	(3.371)	(2.605)
Taxas - Companhia Docas	(4.655)	(4.893)
Energia elétrica	(1.441)	(1.482)
Combustíveis e lubrificantes	(7.946)	(7.149)
Fretes	(2.372)	(207)
Despesas com pessoal	(55.295)	(43.776)
Locação de equipamentos	(7.312)	(10.131)
Consultoria, assessoria e auditoria	(2.175)	(1.112)
Manutenção operacional	(10.249)	(8.962)
Outros serviços	(4.975)	(4.624)
Depreciação e amortização	(26.801)	(19.852)
Provisão para perdas de crédito esperadas e perdas de créditos incobráveis	(1.269)	190
Despesas compartilhadas	(6.754)	(5.987)
Outras despesas	(8.423)	(5.060)
Total	(143.038)	(115.650)
Classificadas como:		
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(131.406)	(108.299)
Despesas com vendas	(1.493)	(1.279)
Provisão para perdas de crédito esperadas e perdas de créditos incobráveis	(1.269)	190
Despesas gerais e administrativas	(8.870)	(6.262)
Total	(143.038)	(115.650)

18. Receitas (Despesas) Financeiras

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	1.220	3.926
Variações monetárias e cambiais ativas	4.564	5.126
Valor justo da operação de *Swap*	410	3.875
Correção impostos a recuperar	182	48
Juros	206	299
Outras receitas	202	637
Total	6.784	13.911
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures e empréstimos	(2.363)	(2.732)
Despesas bancárias	(153)	(124)
Variações monetárias e cambiais passivas	(6.773)	(8.565)
Valor justo da operação de *Swap*	(3.458)	(1.761)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações administrativas	(18)	(21)
Juros sobre arrendamento mercantil	(3.353)	(3.462)
(–) Crédito PIS/COFINS sobre juros CPC 06	232	239
Outras despesas	(1.457)	(200)
Total	(17.343)	(16.626)

19. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos: A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro antes da tributação	25.615	40.790
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(8.686)	(13.845)
Alíquotas nominais de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(6.148)	(9.790)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R$240	(2.538)	(4.055)
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	(296)	(186)
Adições permanentes:		
Contribuições a entidades de classe	(271)	(162)
Perda na baixa de imobilizado	(40)	
Outras	(46)	(35)
Exclusões permanentes:		
Correção impostos - SELIC	61	11
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	6.614	223
Incentivos fiscais	6.614	223
IV - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(2.368)	(13.808)
Alíquota efetiva	9,2%	33,9%
V - Efeitos do IRPJ e CSLL diferidos	(29)	–
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(29)	–
Efeitos do IRPJ e CSLL no resultado (IV + V)	(2.397)	(13.808)
IRPJ e CSLL - correntes	(4.893)	(10.815)
IRPJ e CSLL - diferidos	2.496	(2.993)
Total	(2.397)	(13.808)

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos:

	31.12.2024			31.12.2023		
Ativo (passivo)	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de crédito esperadas	232	83	315	171	61	232
Provisão para contingências	1.174	422	1.596	695	250	945
Depreciação	(957)	(345)	(1.302)	(750)	(270)	(1.020)
Arrendamento mercantil	1.208	435	1.643	998	359	1.357
Outros	252	92	344	(1.040)	(374)	(1.414)
Perdas atuariais	(550)	(198)	(748)	(530)	(191)	(721)
Total	1.359	489	1.848	(456)	(165)	(621)

Até 31 de dezembro de 2024, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia. **20. Resultado por Ação:** Resultado básico e diluído por ação: O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e na respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2024			31.12.2023		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
Lucro líquido do exercício	11.653	11.653	23.306	13.491	13.491	26.982
Quantidades de ações	45.034.292	45.034.292	90.068.584	44.784.101	44.784.101	89.568.202
Resultado por ação básico e diluído	0,25877	0,25877	0,25877	0,30124	0,30124	0,30124

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro. **21. Passivos Atuariais - Assistência Médica Complementar:** Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial. Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., tiveram como premissas básicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Hipóteses	31.12.2024	31.12.2023
Hipóteses econômicas:		
Taxa de Desconto	7,44%	5,49%
Inflação Econômica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Inflação Médica ("HCCTR")	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade (*"Aging Factor"*)	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + |Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
Hipóteses biométricas:		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	5%	5%
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos; Mulher: 62 anos	Homem: 65 anos; Mulher: 62 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	36,77%	35,84%
Outras hipóteses		
Composição Familiar	Participantes Ativos 90,00% Casados Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho Participantes Assistidos Família Real	Participantes Ativos 90,00% Casados Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho Participantes Assistidos Família Real

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia registrou provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	31.12.2024	31.12.2023
Valor presente das obrigações atuariais	62	139
Perdas atuariais calculadas	431	372
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	493	511

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	511	1.095
Custo do serviço	27	57
Juros sobre a obrigação	44	102
Benefícios pagos no ano (–)	(9)	(20)
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(80)	(723)
Saldo Final	493	511
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(80)	(723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho)/Perda	27	246
Efeito no patrimônio líquido	(53)	(477)

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

Efeitos	31.12.2024	31.12.2023
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	519	577
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	421	454
Tábua de mortalidade -10%	491	542
Tábua de mortalidade +10%	445	483
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	583	662
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	376	396

22. Instrumentos Financeiros: Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

	Nível de hierarquia	31.12.2024 Valor contábil	31.12.2024 Valor justo	31.12.2023 Valor contábil	31.12.2023 Valor justo
Ativo:					
Caixa e bancos	–	722	722	903	903
		722	722	903	903
Mensurados pelo custo amortizado:					
Contas a receber	2	25.117	25.117	44.773	44.773
		25.117	25.117	44.773	44.773
Valor justo por meio do resultado:					
Aplicações Financeiras	2	–	–	2.722	2.722
		–	–	2.722	2.722
Passivo:					
Mensurados pelo custo amortizado:					
Empréstimos e financiamentos	2	–	–	2.102	2.102
Debêntures	2	46.222	41.354	50.238	47.367
Fornecedores	2	17.296	17.296	11.628	11.628
Dividendos a pagar	2	5.536	5.536	6.409	6.409
		69.054	64.186	70.377	67.506
Valor justo por meio do resultado:					
Swap	2	1.654	1.654	2.841	2.841
		1.654	1.654	2.841	2.841

Valor justo: Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia. O valor justo desses derivativos quando aplicável é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA, entre outros. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção das oscilações de passivos de curto e longo prazo, denominados em moeda estrangeira e/ou indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA relativos a empréstimos e financiamentos e Debêntures. Tais operações não são utilizadas para fins especulativos. O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros. A coluna "Recebimentos/Pagamentos" mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a coluna "Receita/Despesa" mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo Dez./2024	Valor justo Dez./2023	Ponta ativa	Ponta passiva
BR Partners	60.037	Nov./2031	Associado à IPCA	(1.623)	238	1.654	2.841	IPCA + 4,20%	CDI - 1,12% a.a.

b) Risco de mercado: As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita. Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía financiamentos denominados em moeda estrangeira. *b.1) Exposição de juros e análise de sensibilidade:* A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. A parte passiva das obrigações com arrendamento mercantil está exposta ao risco de flutuação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros. *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:* Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 das operações de dívidas referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para os passivos atrelados ao IPCA e IGP-M. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (–) 25%	Cenário V (–) 50%
Saldos patrimoniais								
Ativos financeiros:								
Swap	CDI	12,15%	1.654	201	251	301	151	100
Passivos financeiros:								
Debêntures	IPCA	4,83%	46.222	2.233	2.791	3.349	1.674	1.116
Arrendamento mercantil	IPCA	4,83%	29.149	1.408	1.760	2.112	1.056	704
Dívida líquida			73.717	3.440	4.300	5.160	2.579	1.720

c) Risco de crédito: As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para perdas de crédito esperadas, em 31 de dezembro de 2024, era de R$927, representando 3,56% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2023, essa provisão era de R$683, equivalente a 1,50%. Também a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	722	3.625
Contas a receber	25.117	44.773
Total	25.839	48.398

d) Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Saldo contábil 31.12.2024	Fluxo de pagamento: Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Debêntures	46.222	64.631	8.884	18.141	18.611	18.996
Fornecedores	17.296	17.296	17.296	–	–	–
Dividendos a pagar	5.536	5.536	5.536	–	–	–
Arrendamento mercantil	29.635	46.059	5.702	10.415	10.415	19.527
Total	98.689	133.522	37.418	28.556	29.026	38.523

e) Gestão de capital: A política da Administração do Grupo Santos Brasil é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado e o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, procurando manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital ("*Weighted Average Cost of Capital* - WACC"). A dívida em relação ao capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está apresentada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Total dos passivos circulante e não circulante	112.740	117.444
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(722)	(3.625)
Dívida líquida	112.018	113.819
Total do patrimônio líquido	176.250	128.426
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,63556	0,88626

23. Efeitos não Caixa: Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	31.12.2024	31.12.2023
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	(7.183)	(6.239)
Transações das atividades de investimentos	(7.183)	(6.239)

24. Cobertura de Seguros: Os seguros listados na tabela abaixo cobrem principalmente eventos de: responsabilidade civil, bens móveis e imóveis, responsabilidade civil de empregador (RCE), perda de receita por bloqueio de berço e canal, danos elétricos, transporte de passageiros e embarcações e danos aos cascos de embarcações.

Produto	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro de operador portuário - SOP terminais portuários (*)	28.200	US$	jan-25
Responsabilidade civil - ampla	20.000	US$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal (1)	600	US$	
Seguro da frota de veículos (caminhões) - por veículo	1.100	R$	out-25
Danos materiais a terceiros	500	R$	
Danos pessoais a terceiros	500	R$	
Danos morais	100	R$	
Responsabilidade civil por danos ambientais	30.000	R$	ago-25
Responsabilidade civil - administradores e diretores	40.000	R$	jun-25
Responsabilidade civil - POSI (*Public Offering of Securities Insurance*)	60.000	R$	out-25

(*) O Seguro de Operador Portuário ("SOP"), da cobertura destes seguros, a soma de indenizações pagas não poderá exceder ao limite máximo de garantia. (1) Consequentes de paralisação total ou parcial das atividades.

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e Diretor de Operações

Daniel Pedreira Dorea
Diretor Econômico-Financeiro

Ricardo dos Santos Buteri
Diretor Comercial

Contador

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0-S-PA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da **Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. -** Barcarena - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A., (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita:** A Companhia tem, substancialmente, receitas de serviços proveniente de operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas, cuja transferência do serviço ocorre à medida que a Companhia presta o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele. A cada fechamento contábil, a Companhia estima e registra as receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido (por competência), mas não tenham sido faturadas, baseadas em critérios definidos que levam em consideração os últimos anos de faturamento, multiplicados pela receita diária (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração. O critério de reconhecimento de receita e montante reconhecido (total da receita) estão divulgados na nota explicativa 3.b. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a complexidade do processo necessário para a determinação e registro parcial das receitas destes serviços, conforme mencionado acima, a receita de prestação de serviços pode estar suscetível a erros nos valores ou ser reconhecida na competência incorreta. Como nossa auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho dos controles implementados pela Administração para o processo de reconhecimento das receitas; (ii) execução de testes de auditoria com o intuito de avaliar a integridade das bases de dados (relatórios) geradas pelos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receita; (iii) Para uma amostra de navios que estavam ainda atracados na data do encerramento do exercício, confrontamos estas informações com dados obtidos de fontes externas; (iv) comparação do valor médio da receita diária utilizada na estimativa calculada pela Companhia com o valor médio da receita faturada de uma amostra de notas fiscais emitidas subsequentemente em 2025 e relacionadas aos serviços prestados; (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes, em especial, a divulgação das políticas contábeis da Companhia com relação ao reconhecimento e corte de receita. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas dos seus serviços prestados para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valor recuperável do ativo imobilizado e intangível:** A Companhia registra valores de ativo imobilizado e intangível, incluindo ágio *(goodwill)* cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Administração da Companhia. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou indeterminável, que não estão sujeitos à amortização, são testados com relação à redução ao valor recuperável *(impairment)* pela Administração no mínimo anualmente. Além da relevância do saldo, os modelos e premissas utilizados nos testes de recuperabilidade dos ágios e de outros ativos intangíveis requerem o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas. Dentre as premissas utilizadas, podemos citar principalmente os fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável desses investimentos, realizado por meio de modelos de avaliação econômica, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa onde os ativos imobilizado e intangível, incluindo ágio, foram alocados, disponibilizados pela Companhia; (ii) avaliação da razoabilidade da determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para o teste de redução ao valor recuperável; (iii) com o auxílio de nossos especialistas, avaliamos a taxa de desconto e principais premissas econômicas aplicadas às UGCs, utilizadas pela Companhia na preparação das projeções e comparamos com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, inflação e taxas de desconto; (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria realizados sobre o teste de valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC-SP-034519/O
Flávio de Luna Fragoso
Contador - CRC - PE-026316/O

Shape the future with confidence

D4Sign fa6fde42-3549-43c8-9f87-a098363cf9cb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

4 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 21 de March de 2025, 08:12:42

CONVICON DIGITAL pdf

Código do documento fa6fde42-3549-43c8-9f87-a098363cf9cb

Assinaturas

Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou

Eventos do documento

21 Mar 2025, 08:12:11
Documento fa6fde42-3549-43c8-9f87-a098363cf9cb **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2025-03-21T08:12:11-03:00

21 Mar 2025, 08:12:23
Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2025-03-21T08:12:23-03:00

21 Mar 2025, 08:12:32
ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 187.255.194.238 (bbffc2ee.virtua.com.br porta: 47272) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2025-03-21T08:12:32-03:00

Hash do documento original
(SHA256):9ced1b3d1a04567c2e2c7fb948fff6eb4d624234284a2a6183b843235788714e
(SHA512):06062273de28f925e59149367371aaa36026ccd2bcc25fe949376bdc77fa7433cba42bb5dedd75d3df469f21c6f50ee7779858a7bf4613f499e36c40b3766316

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.